

Caracterização da assistência estudantil no IFMG e o seu papel na construção de possibilidades para os estudantes

Characterization of student assistance at IFMG and its role in building possibilities for students

Caracterización de la atención al estudiante en IFMG y su papel en la construcción de posibilidades para los estudiantes

Eduardo Cardoso Melo

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Bambuí/MG – Brasil

Marcello Peixoto Bax

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil

Resumo

Este artigo visa a caracterizar a assistência estudantil no contexto do IFMG, buscando detalhar aspectos da política institucional sobre esse tema e como são conduzidas as ações que oferecem apoio à permanência dos estudantes. Para isso, foi elaborado um estudo de caso com aplicação de pesquisas documentais que, por sua vez, permitiram compreender como a instituição implementa as definições norteadoras propostas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Foi possível observar que a instituição pesquisada dispõe de várias estratégias que visam a contribuir para a formação acadêmica dos estudantes, em especial, a concessão de auxílios socioeconômicos para aqueles identificados como mais vulneráveis, embora o percentual de estudantes atendidos ainda seja pequeno em relação à quantidade total de matriculados.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Auxílio socioeconômico, Ensino público

Abstract

This article aims to characterize student assistance in the context of the IFMG, seeking to detail aspects of the institutional policy on this topic and how the actions that support the students' permanence are carried out. For this, a case study was elaborated using documentary research, which allowed us to understand how the institution implements the guiding definitions proposed by the National Student Assistance Program (Pnaes). It was possible to observe that the researched institution has several strategies that aim to contribute to the academic training of students, especially the granting of socioeconomic aid to those identified as more vulnerable, although the percentage of students served is still small in relation to the total number of students enrolled.

Keywords: Student assistance, Socio-economic aid, Public education

Resumen

Este artículo tiene como objetivo caracterizar la asistencia a los estudiantes en el contexto del IFMG, buscando detallar aspectos de la política institucional sobre ese tema y cómo se realizan las acciones que brindan apoyo a la permanencia de los estudiantes. Para ello, se elaboró un estudio de caso con la aplicación de la investigación documental que, a su vez, permitió comprender cómo la institución implementa las definiciones orientadoras propuestas por el Programa Nacional de Atención al Estudiante (Pnaes). Se pudo observar que la institución

investigada cuenta con varias estrategias que apuntan a contribuir a la formación académica de los estudiantes, en particular el otorgamiento de ayudas socioeconómicas a aquellos identificados como más vulnerables, aunque el porcentaje de estudiantes atendidos aún sea pequeño en relación al cantidad total de inscritos.

Palabras clave: Asistencia al estudiante, Apoyo socioeconómico, Enseñanza pública

1. Introdução

Dentre as várias mudanças ocorridas no âmbito da educação pública federal nos últimos anos, destacam-se a ampliação da oferta de cursos em cidades do interior do país e o aumento da quantidade de vagas disponíveis para aqueles indivíduos que desejam se vincular à rede federal de ensino, em cursos superiores ou de nível técnico (Camargo; Araújo, 2018).

Desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, diversos programas e ações governamentais vêm contribuindo diretamente para essa ampliação, tais como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Lei das Cotas (Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

Dois indicadores de 2020 mostram, sob a ótica quantitativa, os resultados de tais ações, no que se refere à ampliação do acesso ao ensino superior: o número de vagas ofertadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) para cursos de graduação foi de 492.599 (com ocupação de 80%) e a quantidade de matrículas foi de 1.254.080 (Inep, 2022).

É válido ressaltar que a democratização do ensino superior não deve ser medida apenas por melhorias no acesso dos estudantes, mas também pelas condições para que eles permaneçam na instituição e consigam obter êxito em seus estudos no tempo adequado (Zago, 2006).

No entendimento de Back (2019), a oferta de maior quantidade de vagas nas Ifes não é, por si só, fator suficiente para que os estudantes consigam concluir o curso com desenvolvimento acadêmico satisfatório ou, até mesmo, tenham condições de permanecer vinculados à instituição, em especial, quando

considerados os percentuais de ingressantes oriundos de famílias com vulnerabilidade socioeconômica.

Dias e Costa (2016) complementam esse panorama, indicando que os desafios quanto à permanência no curso enfrentados pelos ingressantes em uma Ifes envolvem desde a necessidade de obter recursos financeiros para sobrevivência (moradia, alimentação, vestuário) e para o estudo (livros, materiais e transporte), quanto resiliência para enfrentar dificuldades de cunho acadêmico ou pessoal.

A preocupação com formas de incentivar a permanência no ensino superior, para além da questão da democratização do acesso, apontam para a importância das políticas de assistência estudantil como elemento central para a manutenção de estudantes advindos de segmentos sociais historicamente excluídos em termos sociais e econômicos (Santos; Freitas, 2014).

Entendimento similar é apresentado por Alves (2022), ao afirmar que o adequado desenvolvimento acadêmico dos estudantes e a sua permanência no ensino superior público estão associados não somente com a qualidade de ensino ofertada pela instituição, mas, em grande parte, a uma efetiva política de assistência que abranja necessidades como a alimentação, transporte, moradia, saúde e lazer, dentre outras condições.

O Pnaes foi criado pelo Governo Federal nesse contexto de incremento do número de estudantes nas Ifes e consequente mudança de perfil do público atendido. Passou-se a envolver pessoas de variadas condições socioeconômicas e com demandas diferentes daquelas que as instituições estavam habituadas.

Visando a fortalecer, em toda a rede federal, as políticas de assistência estudantil, bem como oferecer condições para que os estudantes permaneçam na instituição até a conclusão do seu curso, o Pnaes foi institucionalizado e formalizou a necessidade de atenção para com moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico aos estudantes (Brasil, 2010).

Por se tratar de um programa com abrangência nacional e dadas as particularidades de cada Ifes, o decreto do Pnaes não prevê como deve ser estruturada a assistência estudantil nas instituições. Portanto, existe uma ampla variação nos aspectos que envolvem essa estruturação entre as Ifes,

considerando a política adotada, o organograma funcional, os auxílios concedidos, a distribuição dos recursos financeiros recebidos e a amplitude da oferta de serviços para os estudantes (Borsato; Alves, 2015; Carrano; Bertassi; Silva, 2018).

Essa falta de uniformização gera dificuldades para o entendimento sobre como a assistência estudantil é configurada em cada Ifes, além da impossibilidade de comparação entre os resultados obtidos em toda a rede federal (Eloi, 2018).

Este artigo objetiva promover uma caracterização da assistência estudantil no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), uma instituição federal que dispõe de um setor específico para tratar questões relacionadas com o apoio aos estudantes de cursos técnicos e superiores. Aborda-se a estruturação das políticas que norteiam as ações assistenciais, o processo de distribuição dos auxílios socioeconômicos e os principais resultados quantitativos obtidos até o ano de 2022.

A questão que norteou a pesquisa foi assim definida: “Como está estruturado e quais são as particularidades do setor de assistência estudantil do IFMG?”. A importância deste estudo reside no fato de que tal caracterização pode servir como modelo para outras instituições que desejam adequar ou ampliar o alcance das ações da assistência estudantil em seus ambientes, com vistas a contribuir para a formação educacional de indivíduos com vulnerabilidades socioeconômicas.

O texto está organizado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta um panorama geral sobre a assistência estudantil no Brasil e sobre o Pnaes; na Seção 3, a assistência estudantil do IFMG é caracterizada sob diversos aspectos; as considerações finais são apresentadas na Seção 4.

2. Assistência estudantil

Em termos conceituais, Martins, Silva e Maurício (2019) definem que a assistência estudantil é uma forma de direito social dos indivíduos, visando a fornecer recursos, para que os estudantes superem obstáculos, se desenvolvam como pessoas e como profissionais ao longo do curso e consigam adequado

desempenho acadêmico. Por outro lado, reduzir o volume de trancamentos e abandonos de matrículas.

Para uma das principais referências desse assunto no Brasil, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), a assistência estudantil pode ser entendida como uma política composta por uma série de diretrizes e princípios, baseados na perspectiva da inclusão social e da formação ampliada. O objetivo é guiar as Ifes na elaboração de ações que, por sua vez, garantam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de estudantes (Fonaprace, 2012).

De acordo com Vasconcelos (2010), as ações da assistência estudantil se materializam na forma de programas e projetos institucionais focados no aspecto educacional, diferenciando-se, portanto, de práticas caracterizadas como caridade. Tais ações, normalmente, estão relacionadas a questões de saúde dos estudantes, apoio pedagógico para necessidades educativas específicas, além do provimento dos meios à sobrevivência, englobando alimentação, transporte, moradia e recursos financeiros.

Ao tratarem sobre o escopo dessas ações, Finatti, Alves e Silveira (2007) afirmam que o adequado desenvolvimento acadêmico dos estudantes somente será alcançado quando houver, paralelamente, uma associação entre a qualidade do ensino ofertado e um efetivo conjunto de ações da assistência estudantil, baseado no contexto experimentado pela instituição.

A história da assistência estudantil em muito se confunde com a própria história das Ifes brasileiras, dada sua evolução como fonte de apoio estudantil ter ocorrido nesse âmbito. Santos e Marafon (2016) pontuam que ações de assistência estudantil são conduzidas em universidades brasileiras, desde a década de 1920, mesmo sendo de caráter pontual e abrangência fragmentada.

Maiores detalhes sobre essa evolução histórica são promovidos por Imperatori (2017) e Kowalski (2012), abarcando desde os primórdios da educação superior no Brasil e a concepção de políticas públicas educacionais até a evolução da assistência estudantil.

O Pnaes foi criado no final de 2007, em um contexto de ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior e demanda por meios para apoiar a permanência dos ingressantes em seus estudos. Em termos legais, sua

instituição ocorreu por meio da Portaria Nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), devidamente regulamentado pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010).

A partir desse momento, portanto, as Ifes passaram a contar com um instrumento norteador daquelas ações de assistência estudantil que deveriam ser planejadas e conduzidas em seu ambiente, de maneira a aumentar, prioritariamente, as condições positivas para a permanência dos estudantes de cursos superiores ofertados por instituições públicas federais (Santos; Freitas, 2014).

Kowalski (2012) ressalta que, apesar de o Pnaes não se constituir como mecanismo exclusivo para fomentar a permanência daqueles estudantes com vulnerabilidade socioeconômica identificada, sua formalização pode ser compreendida como um marco na regulação das políticas de assistência, fazendo com que a própria estrutura das Ifes passasse por modificações que espelhavam a nova importância desse setor dentro da organização institucional.

No entendimento de Santos e Marafon (2016), a formalização do Pnaes como uma proposta governamental permitiu que a sua abrangência fosse ampliada para ações que não devem se basear somente na distribuição de auxílios monetários, mas sobretudo acompanhando diversos aspectos da vida pessoal e acadêmica dos estudantes.

Nesse sentido, o Decreto especifica dez áreas, nas quais as ações da assistência estudantil devem ser desenvolvidas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso de estudantes com demandas específicas.

Para Santos (2020), o delineamento dessas áreas serviu de modelo para que as Ifes desenhassem suas políticas institucionais de assistência estudantil. Gomes e Passos (2018) complementam que o Pnaes foi definido com cinco objetivos que norteiam a elaboração de ações que contribuem para a permanência dos estudantes, redução da evasão escolar, melhoria do desempenho acadêmico e promoção da inclusão social.

Para Lima (2017), a importância do Pnaes como instrumento facilitador da permanência estudantil deveria fazer com que o Governo Federal investisse maior volume de recursos para a distribuição de auxílios financeiros diretos aos

estudantes. Além disso, deveria ampliar a contratação e qualificação de servidores atuantes no atendimento às necessidades estudantis não relacionadas com questões monetárias, como, por exemplo, saúde e interação social.

Nesse sentido, a Figura 1 apresenta a despesa pública direcionada à assistência estudantil entre 2008 e 2020. Nota-se crescimento contínuo nos recursos de 2008 até 2016, seguido de reduções em 2017 e 2018. Embora o maior valor esteja registrado no ano seguinte (2019), a redução ocorrida em 2020 fez com que o nível do recurso retornasse a um patamar inferior ao de seis anos antes, ainda que as Ifes ofertassem maior quantidade de cursos e vagas e registrassem aumento nas matrículas de estudantes.

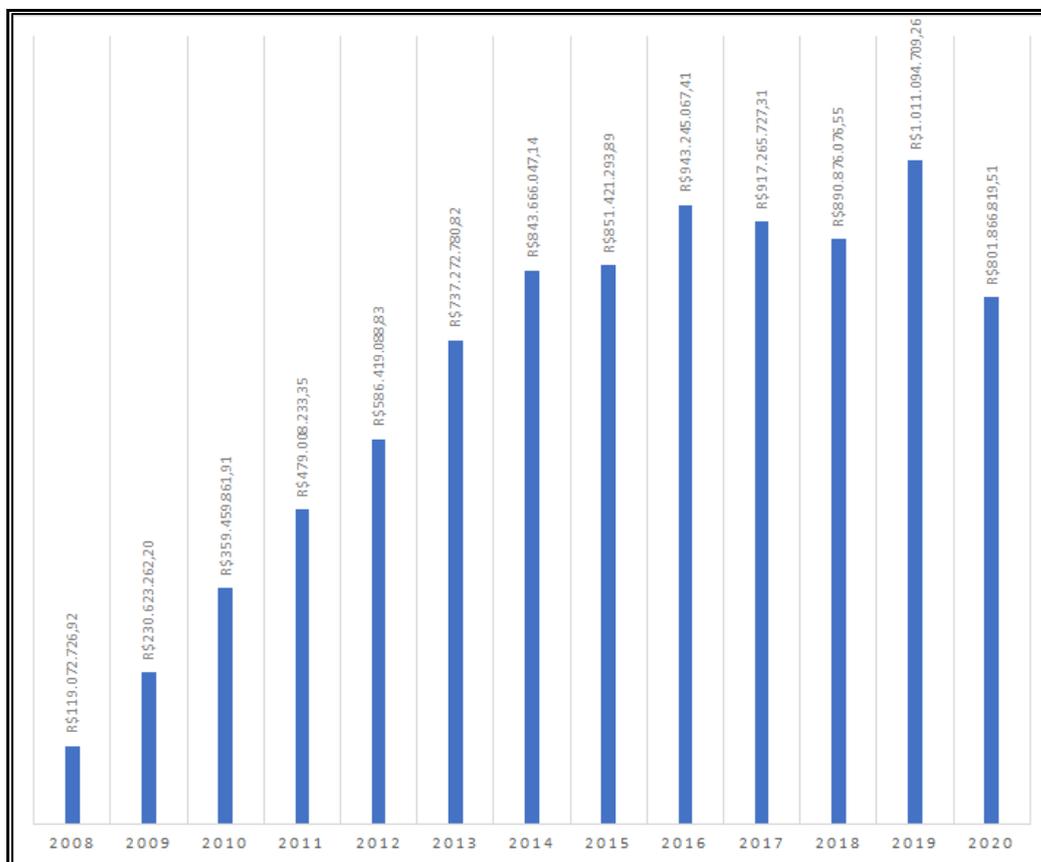


Figura 1- Despesa da assistência ao estudante de ensino superior no Brasil

Fonte: Flores (2022, p. 49)

Mesmo com a despesa anual do Governo Federal, a título de assistência estudantil, se mantendo próxima de um bilhão de reais nos últimos anos, o percentual de estudantes atendidos com os auxílios não passa de 25%, conforme aponta a pesquisa de Bianchi e Adamczyk (2021).

Na Tabela 1, é possível verificar que a maior parte dos estudantes de ensino superior no Brasil não recebe nenhum tipo de benefício estudantil, porém, nota-se discreta evolução no quantitativo de atendidos em 2019. Os autores enfatizam, contudo, que a avaliação da cobertura da política de assistência estudantil não deve ser balizada apenas por esse indicador. Outros fatores impactam na concessão dos benefícios, como, por exemplo, os critérios adotados por cada instituição para definir os candidatos em situação de vulnerabilidade.

Tabela 1 - Distribuição de auxílio estudantil nas Ifes brasileiras

Ano	Recebe auxílio estudantil				Total
	Não		Sim		
	Quant.	%	Quant.	%	
2013	1.093.798	76,9%	328.715	23,1%	1.422.513
2014	1.248.679	83%	255.704	17%	1.504.383
2015	1.259.220	82,2%	272.135	17,8%	1.531.355
2016	1.295.768	81,8%	287.691	18,2%	1.583.459
2017	1.368.897	83,2%	276.323	16,8%	1.645.220
2018	1.369.010	81,8%	304.208	18,2%	1.673.218
2019	1.332.521	79,2%	349.634	20,8%	1.682.155

Fonte: Bianchi e Adamczyk (2021, p. 11)

Ainda que não seja unanimidade entre os pesquisadores do tema, a institucionalização do Pnaes pelo Governo Federal tornou possível a elaboração e consecução de ações que contribuíram (e continuam auxiliando, mesmo com as dificuldades orçamentárias atuais) para a manutenção de condições propícias à permanência de estudantes de cursos de graduação. Da mesma forma, fomentaram a estruturação organizacional das Ifes quanto aos setores de assistência estudantil.

Portanto, vem sendo possível oferecer no âmbito acadêmico um conjunto diferenciado de serviços para estudantes que realmente não dispõem de todos os meios, sejam materiais, pessoais ou financeiros, mas persistem na busca pela

melhoria de sua qualificação como indivíduos e profissionais (Bianchi; Adamczyk, 2021; Saldanha; Castro, 2021).

3. Caracterização da assistência estudantil no IFMG

A estratégia metodológica adotada para cumprir o objetivo central do artigo foi o estudo de caso qualitativo com pesquisa documental (Morgado, 2012), com foco na assistência estudantil do IFMG. As informações utilizadas para o desenvolvimento desta Seção foram obtidas após leitura e análise de todas as páginas do *website* institucional da Diretoria de Assuntos Estudantis (Dirae) do IFMG (IFMG, 2023) e da Política de Assistência Estudantil (PAE) da instituição (IFMG, 2020).

Vale ressaltar que não foi necessária a definição de descritores de pesquisa nem de critérios para inclusão e exclusão de documentos, pois o escopo da análise englobou tão somente o referido *website* e a PAE.

No que tange à estrutura organizacional, a Dirae está inserida no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino e funciona na Reitoria, com um servidor nomeado como diretor para atuar exclusivamente nos assuntos relacionados com a assistência estudantil da instituição. Essa diretoria é auxiliada pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) ou similar, existente em cada campus.

Todas as ações da Dirae e desses setores nos *campi* são pautadas pelos princípios e diretrizes contidos na Política de Assistência Estudantil do IFMG, cuja última atualização ocorreu em 2020, com a publicação da Resolução N° 9 de 03 de julho de 2020. Anteriormente denominada como Programa de Assistência Estudantil, a PAE observa incondicionalmente os preceitos advindos do Pnaes, visando a auxiliar a comunidade acadêmica no estabelecimento de ações e na elaboração de projetos que contribuam para diversos aspectos da vivência daqueles estudantes com demanda identificada.

É importante mencionar que as ações da PAE estão disponíveis somente para estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e de graduação oferecidos pela instituição, com exceção daqueles em nível de Pós-Graduação, Formação Inicial Continuada (FIC) e extensão.

Os princípios e diretrizes que regem a PAE são amplos e abrangem desde propriedades institucionais até itens específicos vinculados aos estudantes.

Quanto aos princípios, observa-se que as ações ancoradas na PAE devem, de maneira geral, defender a justiça social, respeitar a diversidade entre os indivíduos, promover a inclusão social por meio da educação, viabilizar a formação integral dos estudantes (considerando não somente o campo profissional, mas também o pessoal) e favorecer uma gestão participativa pautada pela transparência no uso dos recursos públicos.

As diretrizes norteadoras do Programa tratam, dentre outros aspectos, sobre a garantia de oferta de ensino gratuito e de qualidade, a definição de instrumentos aptos a incrementarem o controle social quanto às ações de assistência estudantil empreendidas pelo IFMG, a construção de espaços que integrem a escola com a família e a comunidade dos estudantes e o combate a quaisquer formas de discriminação e preconceito.

Destaca-se, ainda, uma diretriz que reforça a necessidade de realizar pesquisas que subsidiem o planejamento das ações da assistência estudantil no âmbito da PAE, de maneira a promover a participação da comunidade acadêmica na definição das prioridades de atendimento, evitando-se também a execução de projetos sem a devida análise de adesão e viabilidade.

A PAE é baseada em três objetivos a serem alcançados com as ações da assistência estudantil no IFMG. O primeiro deles entende que essa política deve contribuir diretamente para a permanência dos estudantes matriculados nos cursos da instituição, ao mesmo tempo em que colabora na redução das taxas de evasão e da desigualdade social existente na sociedade como um todo.

No escopo do segundo objetivo, as ações da PAE precisam estar alinhadas, a fim de que seja fomentada a oferta de apoio pedagógico aos estudantes com dificuldades de aprendizado, momentâneas ou permanentes, favorecendo, assim, o incremento no desempenho acadêmico e a diminuição das taxas de retenção.

O terceiro objetivo reforça alguns pontos abordados nas diretrizes da PAE, ao indicar a necessidade de as ações de assistência estudantil serem concebidas e conduzidas a partir de um ambiente que preveja amplas condições de participação democrática.

Os programas da assistência estudantil do IFMG contam com recursos específicos alocados no orçamento institucional e são organizados em três

categorias: programas de caráter universal, programas de apoio pedagógico e programas de caráter socioeconômico.

Nota-se, portanto, a amplitude de abrangência da PAE, visando a promover suporte não apenas financeiro aos estudantes, mas que auxilie em diversas questões da vida acadêmica e pessoal dos indivíduos.

Os programas de caráter universal estão relacionados com as temáticas de acompanhamento e suporte ao ensino, assistência à saúde dos estudantes, incentivo à participação em ações acadêmicas/eventos e apoio a estudantes com necessidades educacionais específicas.

Os programas de apoio pedagógico buscam atuar na complementação das demandas de formação acadêmica dos estudantes, por meio da distribuição de bolsas de monitoria para disciplinas dos cursos técnicos e superiores.

Os programas de caráter socioeconômico almejam contribuir para a solução de eventuais dificuldades financeiras dos estudantes e são implementados no IFMG através do repasse direto de recursos a eles, seja no formato de Bolsa Permanência (BP), isenção de pagamento no restaurante escolar ou quarto na moradia estudantil (nos *campi* que disponibilizam esta estrutura).

Em virtude da pandemia de Covid-19, criou-se também um programa específico para auxílio emergencial, no qual foram distribuídos recursos financeiros para que os estudantes pudessem adquirir equipamentos eletrônicos e participarem das aulas no formato remoto.

Considerando o fato de que a maior parte dos *campi* do IFMG não disponibiliza restaurante e moradia para os estudantes, o programa de bolsa permanência será detalhado de maneira a destacar sua importância para o alcance dos objetivos da PAE.

Trata-se de um programa global da instituição, isto é, oferecido em todos os *campi*, visando a distribuir auxílios financeiros aos estudantes em vulnerabilidade que comprovarem essa situação dentro do contexto de processos seletivos regidos por edital próprio. Os valores atuais das bolsas são escalonados em quatro níveis para que sejam atendidos diferentes perfis de vulnerabilidade socioeconômica: BP 01 (R\$ 445,00), BP 02 (R\$ 335,00), BP 03

(R\$ 225,00) e BP 04 (R\$ 170,00). O período de vigência das bolsas é de até dez meses durante o ano letivo.

A participação nos processos seletivos envolve uma análise conduzida pelo Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG (Nasifmg), objetivando validar documentalmente as informações prestadas pelos estudantes que pleiteiam os auxílios, no intuito de caracterizar aqueles com efetiva vulnerabilidade.

A quantidade de bolsas distribuídas varia em função da disponibilidade orçamentária de cada campus e do perfil dos candidatos. Eles são classificados em uma escala com cinco perfis de prioridade (“A” a “E”, sendo “A” o mais prioritário e assim por diante), de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), uma métrica calculada com base em dez indicadores obtidos a partir dos dados do candidato e de seu grupo familiar.

São analisados dados da composição e renda familiar, bens patrimoniais, situação do trabalho e da moradia do estudante e do seu grupo familiar, procedência e meio de transporte utilizado pelo estudante para se deslocar ao campus, além de questões de saúde ou necessidades específicas. A Figura 2 caracteriza os cinco perfis de vulnerabilidade definidos pela PAE do IFMG.

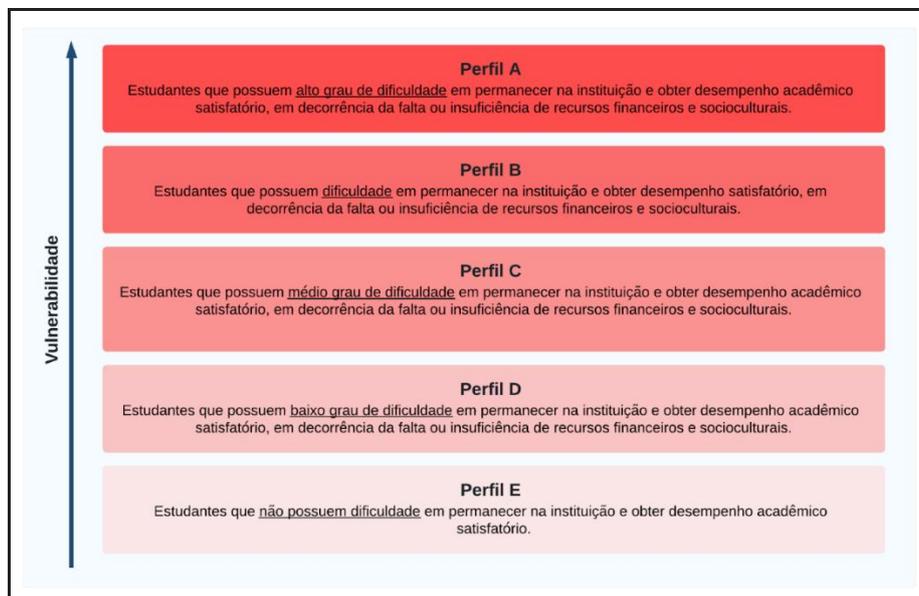


Figura 2 - Caracterização dos perfis de vulnerabilidade da PAE/IFMG
Fonte: Elaborada a partir das informações de IFMG (2020)

No que tange ao acompanhamento dos estudantes atendidos por programas de caráter socioeconômico, as determinações da PAE são bem sucintas. Cada campus deverá promover um monitoramento constante da frequência e do desempenho acadêmico dos assistidos e encaminhar aqueles

com dificuldades de aprendizado para participação nos programas de apoio pedagógico.

O auxílio poderá ser cancelado ou suspenso, caso o estudante não participe de tais programas ou não cumpra as recomendações direcionadas pela Coordenação de Assistência Estudantil do Campus.

Quanto à avaliação da PAE, está prevista análise anual, envolvendo a Dirae, a CAE dos *campi* e representantes dos estudantes. Para esse momento, é proposto que sejam observadas informações a respeito do alcance quantitativo dos programas em conjunto com as taxas de evasão/retenção, médias do desempenho acadêmico e frequência dos estudantes atendidos.

Os resultados anuais dos indicadores gerenciais do IFMG, incluídos aqueles dos programas de assistência estudantil, são publicados em documentos intitulados *Relatório de gestão* (IFMG, 2023). Além disso, dados históricos estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2023), permitindo traçar um panorama dos resultados quantitativos da assistência estudantil na instituição.

A Tabela 2 foi elaborada com dados relativos ao período entre 2017 e 2022 e provê uma visão geral de vários indicadores que permitem observar, dentre outras ponderações, que o alcance do programa de bolsa permanência no IFMG ainda pode ser aprimorado.

Tabela 2 - Distribuição de bolsa permanência e recursos empenhados (em R\$) no IFMG

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Matrículas	15.571	15.844	17.507	17.702	20.159	20.838
BP distribuídas	2.881	2.573	3.558	2.982	3.358	2.992
% atendidos	18,5%	16,2%	20,3%	16,8%	16,7%	14,4%
Recursos para a AE	8.668.894,00	7.256.419,82	9.103.912,33	9.308.768,00	6.659.926,94	8.257.036,40
Variação anual dos recursos	0%	-16,3%	25,5%	2,3%	-28,5%	24,0%

Recursos para BP	7.225.460,50	6.404.800,00	7.635.000,00	6.399.000,00	5.886.159,00	5.694.462,25
Proporção recursos BP x AE	83,3%	88,3%	83,9%	68,7%	88,4%	69,0%

Fonte: Elaborada a partir de Brasil (2023) e IFMG (2023)

Analisando os dados da Tabela 2, percebe-se considerável evolução no número de estudantes matriculados em cursos cujos estudantes estão aptos a pleitear os auxílios gerenciados pela PAE, quais sejam, de ensino técnico ou graduação. Ademais, verifica-se incremento no número de bolsas permanência concedidas, porém, sem mudança no percentual total de atendidos em função do crescimento conjunto do número de matriculados.

Na verdade, o percentual de estudantes contemplados com bolsa permanência diminuiu do primeiro ao último ano retratado na Tabela 2. O resultado do IFMG nesse indicador está próximo da média nacional de 20,8%, em 2019, indicada por Bianchi e Adamczyk (2021).

Quanto aos recursos financeiros empenhados para os programas da assistência estudantil no IFMG, nota-se variação não linear no período analisado, destacando-se a vultosa defasagem, em 2021, justamente no momento em que a instituição possuía o maior número de estudantes matriculados da série e muitos deles se tornaram vulneráveis socioeconomicamente, em razão da pandemia de Covid-19.

Analisando o valor dos recursos empenhados em contraste com o valor destinado ao programa de bolsa permanência, é possível perceber sua importância para a instituição, mesmo atendendo somente a cerca de 20% dos estudantes matriculados. Em 2018 e 2021, por exemplo, os valores destinados a esse programa corresponderam a 88% de todo o recurso financeiro empenhado para a assistência estudantil do IFMG.

A variação desse indicador observada em 2020 se deve à realocação de recursos, a fim de custear a oferta de auxílios temporários para aquisição de equipamentos tecnológicos, como *notebooks* e celulares, que permitissem aos estudantes participarem das atividades acadêmicas realizadas remotamente.

Em 2022, a variação ocorreu em função do subsídio provido para a alimentação de todos os estudantes da educação básica matriculados na instituição.

4. Considerações finais

A assistência estudantil vem reforçando o seu papel de importância na educação pública federal, por meio do suporte àqueles indivíduos que demandam diferentes apoios para que continuem seus estudos e consigam obter uma formação acadêmica adequada.

Para muitos deles, o auxílio recebido no âmbito das ações da assistência estudantil se traduz no único ponto de sustentação do vínculo institucional, isto é, a interrupção dessa "parceria" pode contribuir diretamente para a decisão (sem desejo direto) de não continuidade dos estudos.

Sendo assim, a proposta original do Pnaes precisa ter os seus resultados avaliados no contexto de cada instituição, para que sirvam de sustento a eventuais melhorias no planejamento e operacionalização dos projetos que são disponibilizados aos estudantes.

Neste artigo, foi feita a caracterização de como a assistência estudantil está implementada no âmbito do IFMG, cuja base formal está definida na Política de Assistência Estudantil da instituição.

Foi possível observar que as ações norteadas pela PAE estão distribuídas em todos os *campi*, em especial, no formato de concessão de auxílios financeiros (Bolsa Permanência) para aqueles estudantes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada em processos seletivos internos.

Embora a maior parte dos recursos direcionados para a assistência estudantil sejam aplicados nesse formato, o percentual de estudantes atendidos é muito baixo, não compreendendo sequer 20% daqueles matriculados em cursos técnicos e de graduação.

Além de melhorias nesse indicador, observa-se a possibilidade de ampliação no subsídio para refeições nos *campi*, dado que apenas alguns deles possuem restaurante próprio e houve expressiva variação positiva nos recursos recebidos no último ano analisado.

A definição de perfis de vulnerabilidade é interessante, ao se considerar a ausência de recursos que contemplem a demanda total, mas não deve servir como limitação para a busca por meios de se ampliar o atendimento ao público mais necessitado.

Uma limitação do artigo é que sua construção ocorreu sob um ponto de vista mais descritivo, motivo pelo qual se sugere a elaboração de um estudo que explore quantitativamente o perfil dos estudantes atendidos pela assistência estudantil do IFMG. Assim, pode-se compreender características particulares do público que conta com esse suporte para a continuidade dos seus estudos.

Referências

- ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior. *Serviço Social em Revista*, v. 5, n. 1, p.1-9, 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.
- BACK, L. B. Assistência estudantil: da formalização aos desafios na consolidação do direito. *Educação Online*, v. 14, n. 30, p. 32-52. 2019. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/510>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- BIANCHI, L.; ADAMCZYK, W. Políticas nacionais de assistência estudantil: síntese de evidências sobre programas de permanência. *Evidências Express*, v. 1, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7050>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BORSATO, F. P.; ALVES, J. M. Student assistance in higher education in Brazil. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 1542-1549, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815008381>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. *Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.
- BRASIL. *Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 3 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília: MEC/SETEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CAMARGO, A. M. M.; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40, n. 1, p. e37659, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37659>. Acesso em: 02 mai. 2023.

CARRANO, D. P.; BERTASSI, A. L.; SILVA, G. M. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. *Educação Online*, v. 13, n. 28, p. 1-19, 2018. Disponível em:

<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/417>. Acesso em: 13 abr. 2023.

DIAS, S. M. B.; COSTA, S. L. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. *Jornal de políticas educacionais*, v. 9, n. 17/18, p. 51-60, 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/38650>. Acesso em: 03 abr. 2023.

ELOI, S. S. S. *et al.* O Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 12, n. 3, p. 106-129, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n3p106>. Acesso em: 09 jun. 2023.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL–Indicadores para Implantação de uma Política de Assistência Estudantil. *Libertas*, v. 6, n. 1/2, p. 246-264 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FLORES, J. T. *A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo de caso para analisar a eficácia das ações através da taxa de desperdício de matrícula.* 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/236383>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.* 2012. Disponível em:

http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 2 maio 2023.

GOMES, A. M. O.; PASSOS, G. O. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) nos institutos federais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 416-442. 2018. Disponível em:

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 03 jun. 2023.

IFMG. Conselho Superior. *Resolução nº 9 de 03 de julho de 2020*. Dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. 2020. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2020-3/resolucao-no-009-2020-aprovacao-da-politica-de-assistencia-estudantil-no-ambito-do-ifmg-e-revogacao-da-resolucao-no-3-2019/view>. Acesso em: 01 abr. 2023.

IFMG. *Relatório de gestão 2022*. 2023. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/RelatoriodeGesto2022Resoluo82023.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/30624>. Acesso em: 10 maio 2023.

INEP. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 29 abr. 2023.

KOWALSKI, A. V. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio da garantia de direito*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUCRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/521>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, W. A. S. *Permanecer no ensino superior, eis a questão: estratégias de implementação efetiva de políticas públicas de assistência estudantil*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24271>. Acesso em: 11 maio 2023.

MARTINS, P. F. M.; SILVA, E. G.; MAURICIO, N. M. M. A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais.

Revista Observatório, v. 5, n. 6, p. 886-911, 2019. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MORGADO, J. C. *O estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso: De Facto Editores, 2012.

SALDANHA, L. B.; CASTRO, S. F. As políticas de assistência estudantil em uma universidade federal brasileira: análise das políticas previstas no Pnaes.

Revista Ciranda, v. 5, n. 3, p. 336-352, 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4558>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SANTOS, E. H. M. *As configurações da assistência estudantil no Brasil: o cenário do Pnaes*. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:

<http://200.144.93.16/bitstream/handle/11600/60792/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20SANTOS.%20E.%20H.%20M..pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. *Argumentun*, v. 6, n. 2, p. 182-200, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547143014.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. A política de assistência estudantil na universidade pública brasileira: desafios para o serviço social. *Textos & Contextos*, v. 15, n. 2, p. 408-42, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudia-Santos-24/publication/313503065_A_Politica_de_Assistencia_Estudantil_na_Universidade_Publica_Brasileira_os_desafios_para_o_Servico_Social/links/589c82d692851c599c961271/A-Politica-de-Assistencia-Estudantil-na-Universidade-Publica-Brasileira-os-desafios-para-o-Servico-Social.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em-Revista*, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 22 maio 2023.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, p. 226-237, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2023.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) pelo suporte à elaboração deste artigo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).